AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

Construindo a Sustentabilidade: um olhar sobre o cotidiano[1]

Vitor Carvalho Gomes[2]
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
https://orcid.org/0009-0008-4080-8473

Josiane Barbosa Gouvêa[3]
Instituto Federal do Paraná (IFPR)
https://orcid.org/0000-0002-4305-9104

Rocío del Pilar López Cabana[4]
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
https://orcid.org/0000-0003-1082-9982

Resumo: O conceito de sustentabilidade tem passado por mudanças ao longo dos últimos anos, neste ensaio demonstra-se, teoricamente, esses conceitos, relacionando-o às práticas cotidianas. Trata-se de um ensaio teórico que tem como objetivo indagar como as práticas cotidianas podem ser compreendidas e valorizadas no contexto da sustentabilidade. Os resultados da análise teórica revelaram que a sustentabilidade deve abordar as profundas desigualdades sociais, exacerbadas por sistemas econômicos injustos, discriminação estrutural e exclusão social. Nesse contexto propõe-se uma perspectiva denominada Sustentabilidade Integral, baseada nas práticas cotidianas, para enfrentar desigualdades sociais, econômicas e desafios ambientais de forma holística e inclusiva.
Palavras-chave: Micropráticas. Resistência. Sociedade. Sustentabilidade Integral.

Construyendo la Sostenibilidad: una mirada al día a día

Resumen: El concepto de sostenibilidad ha experimentado transformaciones a lo largo de los últimos años. En este ensayo se exponen, desde una perspectiva teórica, dichos conceptos, relacionándolos con las prácticas cotidianas. Se trata de un ensayo teórico cuyo objetivo es indagar cómo las prácticas cotidianas pueden ser comprendidas y valoradas en el contexto de la sostenibilidad. Los resultados del análisis

[1] Recebido em: 28/09/2024. Aprovado em: 14/04/2024.
[2] Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD). Mestre em Sustentabilidade pelo IFPR Instituto Federal do Paraná. Graduado em Administração pela FERLAGOS (Faculdade da Região dos Lagos). E-mail: adm.vitorcg@gmail.com
[3] Doutora em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Instituto Federal do Paraná - Campus Umuarama e do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), Umuarama, Paraná, Brasil. E-mail: josiane.gouvea@ifpr.edu.br
[4] Doutora em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Curso de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS - Câmpus de Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: rocio.lopez@ufms.br

teórico revelan que la sostenibilidad debe abordar las profundas desigualdades sociales, exacerbadas por sistemas económicos injustos, discriminación estructural y exclusión social. En este contexto, se propone una perspectiva denominada Sostenibilidad Integral, basada en las prácticas cotidianas, para enfrentar de manera holística e inclusiva las desigualdades sociales, económicas y los desafíos ambientales.
Palabras-clave: Microprácticas. Resistencia. Sociedad. Sostenibilidad Integral.

Building Sustainability: A Perspective on Everyday Life

Abstract: The concept of sustainability has undergone significant changes over recent years. This theoretical essay presents these concepts by relating them to everyday practices. It aims to explore how daily practices can be understood and valued within the context of sustainability. The results of the theoretical analysis reveal that sustainability must address deep social inequalities, which are exacerbated by unjust economic systems, structural discrimination, and social exclusion. In this context, a perspective called Integral Sustainability is proposed, grounded in everyday practices, to holistically and inclusively confront social and economic inequalities as well as environmental challenges.
Keywords: Micro-practices. Resistance. Society. Integral Sustainability.

INTRODUÇÃO

"O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como modelo preeminente de organização política", afirma Sen (2000, p. 6). Com isso, estabeleceram-se conceitos de direitos humanos e liberdade política, mudou-se a perspectiva da longevidade e, com os avanços tecnológicos, foi possível uma ampla aproximação das pessoas (Sen, 2000). Entretanto, apesar desses avanços, persistem problemas como a desigualdade social, conflitos e guerras, violações dos direitos humanos e, tanto o planeta quanto o ser humano sofrem as consequências dessas situações, especialmente no contexto da crise ambiental.

Esse sofrimento tem gerado consequências profundas, afetando desproporcionalmente as comunidades vulneráveis, intensificando disparidades econômicas e sociais. Diante desse cenário, tornou-se evidente a necessidade de uma governança ambiental inclusiva. As conferências ambientais da Organização das Nações Unidas (ONU), ao longo das décadas, emergiram como espaços para essa discussão, buscando estabelecer diretrizes que conciliem sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento econômico nas agendas políticas globais.

Apesar dos avanços em torno do desenvolvimento sustentável, sua implementação prática enfrenta desafios, principalmente devido à sua abstração (Sousa; Abdala, 2020). No entanto, essa abstração pode refletir um processo que não visa, efetivamente, a sustentabilidade, pois abordar a questão de forma concreta exigiria mudanças estruturais profundas no sistema econômico. Enquanto as conferências

estabelecem marcos importantes, a implementação desses compromissos fica aquém, perpetuando ciclos de expectativas não cumpridas.

No contexto brasileiro, essa problemática é ainda mais evidenciada. O Brasil ocupa a 89ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2024). Embora tenha havido uma melhora no IDH do país, que subiu para 0,760 em relação ao relatório anterior, o Brasil perdeu duas posições em relação a 2021, quando estava na 87ª posição (PNUD, 2024). Este cenário destaca a urgência em ampliar a discussão sobre a desigualdade social no contexto da sustentabilidade.

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável traz à tona divergências e convergências entre diferentes abordagens teóricas, revelando a necessidade de uma compreensão mais profunda, conforme afirmam Sousa e Abdala (2020), observa-se por meio de diversos níveis de análise o campo de pesquisa da sustentabilidade. Além das abordagens hegemônicas, existem visões contra-hegemônicas que desafiam as narrativas tradicionais e buscam integrar aspectos inclusivos. Dessa forma, partindo de uma perspectiva micro, este ensaio discorre sobre a interseção entre as práticas cotidianas e a sustentabilidade, através das maneiras de fazer do homem ordinário.

O conceito de "homem ordinário"[5] utilizado neste estudo é definido por Certeau (2014), como aquele, que mesmo inserido em um contexto de controle e dominação, encontra maneiras de agir dentro e contra esse sistema, recriando significados e práticas no cotidiano. Para o autor, as pessoas não são meramente passivas diante das estruturas sociais e econômicas; ao contrário, desenvolvem táticas próprias para subverter, adaptar e ressignificar as normas estabelecidas.

Com base nas informações apresentadas, este ensaio tem como objetivo indagar como as práticas cotidianas podem ser compreendidas e valorizadas no contexto da sustentabilidade. Para tanto, será demonstrado teoricamente o conceito de sustentabilidade, relacionando-o às práticas cotidianas e aprofundando a compreensão teórica sobre o assunto, ilustrando a relevância das práticas cotidianas na sustentabilidade.

Trata-se de um ensaio teórico, que se fundamenta na análise crítica das contribuições de autores que propõem uma visão mais inclusiva e reflexiva sobre a

[5] A partir dessa definição, serão adotadas ao longo do ensaio nomenclaturas com flexão de gênero, visando utilizar termos que não limitem as possibilidades de identidades de gênero.

sustentabilidade. Nesse contexto será realizado um contraponto entre visão hegemônica e a contra-hegemônica. Essa abordagem crítica visa evidenciar as limitações das perspectivas hegemônicas e destacar a importância de alternativas que considerem as desigualdades e as necessidades de diferentes comunidades, contribuindo para um debate mais rico e diversificado sobre a sustentabilidade.

O ensaio teórico "possibilita a libertação do pensamento, na busca pelos mistérios e mitos que povoam as mentes dos pesquisadores" (Boava; Macedo; Sette, 2019, p. 89). Esse método permite uma exploração mais profunda e criativa das questões relacionadas à sustentabilidade. Essa abordagem teórica visa não apenas discutir conceitos, mas também estimular novas formas de pensar e agir em prol de um futuro sustentável e justo.

Sendo assim, o próximo tópico, aprofundará a compreensão dos conceitos teóricos de sustentabilidade e relacioná-los, apoiando e valorizando as contribuições singulares das práticas cotidianas, seguindo os estudos de Michel de Certeau (2014) sobre a capacidade de ação e criatividade das pessoas.

DESENVOLVIMENTO

Explorando os Conceitos Teóricos da Sustentabilidade

A discussão sobre sustentabilidade e governança ambiental tem ganhado destaque nas últimas décadas, refletindo a crescente preocupação com os desafios globais que afetam o meio ambiente e as sociedades.

Em 1972, a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente, em Estocolmo, estabeleceu as bases para a governança ambiental global, culminando na criação do Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas. Em 1987, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi introduzido, e a ECO-92 no Rio de Janeiro reforçou o compromisso ambiental global. Em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram estabelecidos, focando na erradicação da pobreza e na promoção da saúde. Já em 2002, a Conferência em Joanesburgo, destacou desafios significativos (Boff, 2016).

Em 2012, a Rio+20 reafirmou o compromisso com a economia verde e a governança ambiental. Por último, em 2015, a ONU adotou a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O histórico das conferências da ONU revela uma adaptação contínua no discurso sobre o compromisso global com as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável. Apesar dos avanços nas discussões, as conferências frequentemente resultam em compromissos que não são

plenamente cumpridos, evidenciando a necessidade de uma adaptação contínua no discurso sobre sustentabilidade.

A crença na capacidade produtiva ilimitada das sociedades levou à naturalização de um modelo econômico baseado no crescimento contínuo, no qual o consumo excessivo é justificado sob o argumento de que gera empregos e distribui riqueza. Essa lógica sustenta a ideia de que a solução para a desigualdade não está na redistribuição dos recursos existentes, mas na expansão da economia como um todo. Essa perspectiva ignora os limites ecológicos do planeta e perpetua um sistema que concentra riqueza enquanto agrava crises ambientais e sociais (Wilkinson; Pickett, 2022).

À medida que se analisa a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, é importante avaliar criticamente indicadores que usualmente são utilizados para reforçar o discurso de crescimento. Embora tenha ocorrido a melhoria no IDH, isso não garante uma distribuição justa dos recursos, pelo contrário, a perda de posições no ranking global sugere que outros países avançaram mais na promoção do bem-estar social. Essa situação está diretamente relacionada aos ODS, especialmente ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), evidenciando as desigualdades estruturais no Brasil.

Compreende-se que a sustentabilidade exige, não apenas acordos internacionais, mas uma transformação estrutural nas economias e nos modos de produção, o que gera resistências em diversos setores. Ao considerar o conceito de sustentabilidade de acordo com Franco (2016), percebe-se que envolve um equilíbrio entre a satisfação das necessidades de consumo das pessoas, sem comprometer as gerações futuras. Isso significa que, para garantir que os recursos naturais estejam disponíveis no futuro, é fundamental que eles sejam reaproveitados, reutilizados e reciclados.

Embora essa definição traga uma perspectiva importante sobre o equilíbrio entre o consumo presente e o uso sustentável dos recursos naturais para as gerações futuras, ela não leva em consideração as desigualdades sociais e econômicas que também afetam a sustentabilidade. A questão vai além de reaproveitar, reutilizar e reciclar recursos; é fundamental assegurar que esses recursos sejam distribuídos de forma justa e equitativa. Além disso, a definição tende a enfatizar o consumo e a satisfação das necessidades, sem considerar que o consumo desenfreado e o crescimento econômico insustentável são os responsáveis pela degradação ambiental e social.

Neste contexto, Boff (2016, p.14) propõe uma definição de sustentabilidade que expande essa visão:

> o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

Boff (2016, p. 17) ainda adverte que,

> A concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/desenvolvimento, como é predominante nos tempos atuais. [...] Sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e das futuras gerações.

A partir dos conceitos propostos por Boff (2016) pode-se compreender a sustentabilidade de forma ampla e perceber que se refere a um conjunto de práticas e ações que visam proteger e preservar a Mãe Terra e seus ecossistemas, garantindo a continuidade da vida e o bem-estar das presentes e futuras gerações. Assim, a sustentabilidade não deve ser vista como um simples crescimento ou desenvolvimento econômico, mas como um modo de ser e viver que leva em consideração os limites da natureza e as necessidades das pessoas.

Para Feil e Schreiber (2017), a sustentabilidade consiste nas evoluções temporais, ou seja, a mudança de estado em detrimento da passagem do tempo, podendo expressar uma inquietação com a qualidade de um sistema, considerando o equilíbrio mútuo e os aspectos do meio ambiente, econômico e social. Além disso, de acordo com os autores, se trata de uma integração indissociável do meio ambiente e do homem, apesar da dinâmica e complexidade do sistema, sendo que a avaliação da qualidade deste sistema é feita partindo do princípio da evolução natural, desconsiderando alterações antropogênicas.

Essa definição de Feil e Schreiber (2017) enfatiza a evolução temporal e a mudança de estado como componentes centrais da sustentabilidade, sem considerar a importância de abordagens mais amplas e integradas que levem em conta as interações complexas entre os sistemas econômico, social e ambiental. Além disso, a definição ignora o papel fundamental que as atividades humanas desempenham na degradação do meio ambiente, reduzindo a sustentabilidade a uma questão meramente natural.

Mikhailova (2004, p. 28) considera que “o sentido mais importante da sustentabilidade é que ela simplesmente representa a justiça em relação às gerações

futuras.” Em seu estudo, elucida que, para compreender como não prejudicar as futuras gerações, é necessário saber o capital natural que já foi consumido em detrimento da degradação ambiental, o quanto tem disponível e o quanto está ameaçado no futuro.

Embora a justiça intergeracional seja uma importante dimensão da sustentabilidade, ela não pode ser considerada a única ou mesmo a mais importante. Além disso, a definição parece focar principalmente na questão do capital natural e seu uso sustentável, deixando de lado outras questões importantes, como a redução das desigualdades sociais e a promoção de formas mais equitativas de governança.

Ailton Krenak (2020), em sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, apresenta um olhar crítico sobre o conceito de sustentabilidade. Ele questiona a construção da ideia de humanidade ao longo dos últimos milênios, especialmente a perspectiva eurocêntrica que domina o pensamento moderno.

Para o autor, o desenvolvimento sustentável é um mito criado por corporações para perpetuar o capitalismo, alienando a humanidade da natureza e confinando o meio ambiente a espaços controlados. Além disso, enfatiza que todos os seres fazem parte da natureza e critica a criação de ambientes artificiais que se distanciam da terra e da vida natural.

Krenak (2020) argumenta ainda que a atual crise ambiental e social é resultado da falência de uma certa ideia de humanidade que se distanciou da natureza e passou a explorá-la de forma desenfreada em busca de lucro e crescimento econômico. Para ele, a sustentabilidade só pode ser alcançada através da reconexão com a natureza e de uma compreensão mais profunda das relações interdependentes que sustentam a vida no planeta. Isso envolve não apenas práticas ambientalmente responsáveis, mas também uma transformação nos valores e nas estruturas sociais que priorizem o bem-estar coletivo e o equilíbrio ecológico, em vez do consumismo e da ganância desmedida.

Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) emerge como uma possibilidade para promover a conscientização e a transformação social. A construção de sociedades verdadeiramente sustentáveis exige mudanças profundas na forma como os indivíduos percebem e interagem com o meio ambiente (Vieira, 2020).

Para Vieira (2020) a EA não deve ser apenas informativa, mas transformadora, promovendo uma consciência crítica sobre os impactos do atual modelo de desenvolvimento e consumo. Para que a sustentabilidade se torne uma prática efetiva, é necessário que as pessoas compreendam a interdependência entre fatores ambientais,

sociais e econômicos, questionando modelos produtivos predatórios e buscando alternativas mais equilibradas.

Diante disso, a sustentabilidade de uma sociedade pode ser avaliada pela sua capacidade de proporcionar a todos os seus membros condições dignas de vida, como destacado por Boff (2016). No entanto, é crucial considerar a perspectiva de Krenak (2020), que alerta para a necessidade de uma relação mais equilibrada entre humanidade e natureza. Ele ressalta que a Terra possui limites e capacidades de regeneração finitos, sendo essencial que as atividades humanas respeitem estes limites para garantir a sustentabilidade.

A exploração desenfreada dos recursos naturais, como apontado por Boff (2016), não apenas compromete as condições de vida presentes, mas também compromete seriamente o futuro das próximas gerações. Assim, consolidar uma capacidade sustentável verdadeira requer não apenas a garantia de condições dignas no presente, mas também o respeito aos limites e ciclos naturais que sustentam a vida no planeta.

Muito embora existam algumas divergências conceituais, os autores concordam que a sustentabilidade está relacionada à continuidade da vida e do bem-estar das presentes e futuras gerações e à preservação dos recursos naturais. Além disso, há um reconhecimento de que a sustentabilidade envolve considerar os limites da natureza e a necessidade de buscar um equilíbrio entre as demandas da sociedade e os recursos naturais disponíveis.

Porém, nas últimas décadas, observa-se os avanços do conceito de sustentabilidade como tema central nas discussões que abrangem meio ambiente e desenvolvimento social. Rapidamente, a sustentabilidade se tornou uma expressão poderosa, sendo utilizada por diversas pessoas em contextos sociais variados e assumindo diferentes significados. É comum encontrar a teoria de que a sustentabilidade é essencial para o desenvolvimento econômico.

Sachs (2015) explora como a sustentabilidade está no coração do desenvolvimento econômico, argumentando que o desenvolvimento sustentável oferece a melhor chance para ajustar as economias globais em direção a trajetórias que permitam o bem-estar humano enquanto protegem o planeta. Abramovay (2012) argumenta que a transição para uma economia verde e a adoção de práticas sustentáveis são essenciais para a saúde econômica e ambiental do planeta. Ele argumenta que a adoção de práticas sustentáveis traz benefícios para as empresas e para as pessoas.

No entanto, essa perspectiva negligencia os verdadeiros princípios da sustentabilidade, que devem se concentrar na conservação dos recursos naturais, no equilíbrio ambiental e na qualidade de vida das pessoas. A busca incessante pelo lucro, muitas vezes, leva a práticas de exploração dos recursos naturais, minando, assim, qualquer esforço genuíno de alcançar a sustentabilidade.

A inclusão do capitalismo na análise da relação entre desenvolvimento e sustentabilidade é relevante, pois o modelo econômico capitalista tem sido historicamente impulsionador do desenvolvimento, porém, também é apontado como um fator significativo na exploração dos recursos naturais e na geração de desigualdades sociais e impactos ambientais negativos.

No contexto do desenvolvimento sustentável, surge o questionamento sobre a compatibilidade do capitalismo com os princípios da sustentabilidade. O modelo capitalista, baseado na busca pelo lucro, crescimento econômico contínuo e acumulação de capital, frequentemente entra em conflito com a noção de sustentabilidade, que enfatiza a preservação dos recursos naturais, a equidade social e a harmonia com o meio ambiente.

Contudo, a discussão sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e capitalismo ainda é complexa e controversa. Enquanto alguns acreditam na possibilidade de reformar o sistema econômico atual para torná-lo mais sustentável, outros questionam se o próprio modelo capitalista pode ser compatível com a busca pela sustentabilidade.

As relações humanas e a relação com a natureza, muitas vezes, são moldadas por lógicas de exploração e lucro, levando a práticas que desconsideram os limites ecológicos do planeta. O sistema capitalista, centrado no crescimento econômico contínuo e na busca incessante por acumulação de riquezas, frequentemente relega a sustentabilidade e o bem-estar coletivo a segundo plano. A mudança desse panorama, segundo Krenak (2020), pode ocorrer por meio da reorganização das relações e dos espaços, buscando novos modos de entender como nos conectamos com o que chamamos de natureza, embora frequentemente esqueçamos que também somos parte dela.

Portanto, repensar a relação entre desenvolvimento, sustentabilidade e capitalismo requer uma análise crítica e aberta ao debate. É fundamental considerar as interações e contradições entre esses elementos, buscando soluções que promovam o equilíbrio, e que estejam alinhadas com a construção de um futuro mais equitativo. A

proposta de desenvolvimento sustentável se revela como uma visão superficial que encobre as contradições inerentes à relação dialética entre destruição e sustentabilidade: à medida que a destruição econômica e ambiental se intensifica, a importância da sustentabilidade cresce (Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012).

À luz dessas reflexões críticas sobre desenvolvimento, sustentabilidade e capitalismo, torna-se claro que a integração de práticas sustentáveis na vida diária não é apenas uma extensão natural desse debate, mas uma necessidade urgente. Este próximo passo permitirá explorar como as decisões do dia a dia, desde as mais triviais às mais significativas, podem ser alinhadas com princípios de sustentabilidade, promovendo um impacto positivo.

O Cotidiano: aspectos da Sustentabilidade

A sustentabilidade está inerentemente ligada ao cotidiano das pessoas, visto que suas ações e práticas diárias são influenciadas diretamente pelas dinâmicas sociais em que estão inseridas. Assim, o cotidiano pode ser definido como um espaço no qual se desenvolvem as relações; e as práticas cotidianas refletem as condições sociais e econômicas de uma sociedade (Lefebvre, 2000). Nesse sentido, compreender o cotidiano é fundamental para entender as lutas e as resistências das pessoas na busca por direitos e justiça social.

Ao mesmo tempo, as práticas cotidianas também podem ser espaços de reivindicação, pois representam uma manifestação individual e coletiva, a partir da qual os indivíduos encontram maneiras de se expressar e exercer seu poder de forma criativa, desafiando as limitações impostas pelas estruturas dominantes.

Certeau (2014) conceitua o cotidiano como uma dimensão da vida social, em que ocorrem práticas ordinárias aparentemente rotineiras que refletem a inventabilidade do sujeito diante das condições sociais e econômicas de uma sociedade. Ele afirma que as "maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural" (Certeau, 2014, p. 40 - 41).

Essas práticas, muitas vezes vistas como banais e sem importância, são fundamentais para a produção da vida social. As "maneiras de fazer" do sujeito são as práticas cotidianas que permitem que as pessoas sejam ativas na criação de seus próprios espaços, apesar das restrições impostas pelas estruturas dominantes.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade pode ser vista não apenas como um grande projeto global, mas como algo que emerge do cotidiano, das "maneiras de fazer" que as pessoas adotam em sua vida. Certeau (2014), propõe uma visão profunda do cotidiano, argumentando que as atividades comuns são espaços onde se manifestam significados e podem ser formas de resistência contra estruturas de poder. Portanto, as pequenas decisões e ações podem também contribuir com a sustentabilidade, embora não sejam as únicas formas de atuação. Assim, cada pessoa, por meio de suas escolhas diárias, pode contribuir para práticas mais sustentáveis, subvertendo a ideia de que a sustentabilidade depende exclusivamente de grandes instituições ou políticas públicas.

Essas micropráticas, ainda que, de forma sutil, embora possam não mudar o sistema econômico, podem representar formas de resistência demonstrando a criatividade dos sujeitos e o desejo de agir de forma sustentável. Certeau (2014) argumenta que essas práticas cotidianas revelam um desejo de agir de forma mais autônoma e significativa dentro das estruturas estabelecidas.

O indivíduo ordinário ao desafiar as estruturas capitalistas dominantes, através das micropráticas, pode criar maneiras alternativas de viver. Essas micropráticas não pretendem transformar o sistema capitalista em grande escala, mas podem demonstrar a capacidade do indivíduo de criar e sustentar formas de vida alternativas.

Ao compreender as ideias de Certeau (2014), percebe-se que as práticas cotidianas não se limitam a reproduzir modelos pré-existentes, mas sim a reinventar e adaptar esses modelos de acordo com as necessidades locais e os recursos disponíveis. Isso ressalta a importância da criatividade do sujeito ordinário nas micropráticas cotidianas, em busca de soluções sustentáveis.

Boff (2016) argumenta que o conceito de desenvolvimento sustentável é, em sua essência, contraditório. Para ele, o desenvolvimento, tal como concebido pelo paradigma capitalista, é incompatível com a sustentabilidade, uma vez que busca o crescimento contínuo e a maximização de lucros, frequentemente às custas do meio ambiente e das comunidades locais. Na teoria de Certeau (2014), os indivíduos se encontram limitados pelas imposições do sistema dominante, porém, eles possuem a capacidade de contornar essas circunstâncias no seu cotidiano, buscando alcançar pequenos espaços de liberdade. Um dos conceitos-chave em sua teoria são as estratégias e táticas.

As táticas, para Certeau (2014), surgem do inesperado, quando não há tempo, nem se tem um lugar, são práticas improvisadas, ou seja, não há tempo para fazer

planejamentos, nem definir os objetivos, apenas sobreviver, driblar uma situação. Essas táticas consistem em práticas sutis e quase imperceptíveis que geram fissuras, mesmo que pequenas, na situação desfavorável na qual o sujeito desprovido de poder se encontra. Salientando que, o poder é relativo, ou seja, o sujeito nem sempre está desprovido dele, pois isso pode variar de acordo com situações e contextos específicos. Por outro lado, as estratégias são práticas elaboradas e planejadas ao longo do tempo, surgindo de uma posição de poder e conhecimento. No entanto, Certeau (2014) enfatiza que tanto as táticas quanto as estratégias são formas de práticas cotidianas.

A estratégia é caracterizada pela previsibilidade, controle e imposição de uma lógica dominante, enquanto as táticas são as ações individuais ou coletivas que buscam resistir, contornar ou reinterpretar as estratégias dominantes. Assim, a tática se refere às ações não planejadas e, muitas vezes, improvisadas dos indivíduos que não possuem uma posição de poder, nem lugar próprio.

As práticas cotidianas no contexto do capitalismo podem ser analisadas à luz dos conceitos de táticas e estratégias propostos por Certeau (2014). Muitas vezes, instituições e estruturas de poder utilizam estratégias para perpetuar a ideologia do crescimento organizacional e a acumulação indefinida de lucros. Assim como a retórica conservacionista, frequentemente alinhada às estratégias das grandes corporações que, sob o manto do desenvolvimento sustentável, continuam a promover um crescimento econômico sem limites (Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012).

Em contraste, as táticas que muitas vezes são praticadas pelos indivíduos, com suas maneiras de fazer, podem envolver pequenos atos de resistência e adaptação na busca de alternativas sustentáveis dentro das limitações impostas pelo sistema capitalista. Assim, a análise das práticas cotidianas revela a complexa interação entre táticas e estratégias no contexto do desenvolvimento sustentável. No entanto, é importante considerar que o conceito de desenvolvimento sustentável “é essencialmente antropocêntrico, uma vez que ignora as "necessidades" dos demais participantes da comunidade da vida” (Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012, p. 580).

Essas estratégias e táticas das pessoas oprimidas podem ser formas de resistência. Um exemplo prático desse contexto poderia ser, em uma área rural, a prática de troca de alimentos entre vizinhos. Em vez de vender ou comprar esses alimentos, eles estabelecem relações de vizinhança e solidariedade, trocando os produtos entre si, criando uma rede de apoio mútuo, na qual cada família pode se beneficiar dos alimentos

frescos cultivados por outras famílias, promovendo a diversidade e a segurança alimentar nas comunidades.

Essa forma de ação cotidiana, aparentemente simples, permite que os agricultores familiares resistam às pressões do sistema de mercado e fortaleçam suas comunidades, valorizando seus recursos locais e promovendo a autonomia alimentar. Essa estratégia é uma forma de subverter a lógica capitalista dominante e promover a sustentabilidade, o consumo consciente e alternativo. Pois, ao optar por produtos locais e de comércio justo, o homem indivíduo ordinário se afasta do modelo de consumo massificado promovido pelas grandes corporações.

Ainda, Certeau (2014) faz a distinção entre lugar e espaço. O lugar é uma entidade fixa, estabelecida e delimitada, que possui significados e funções atribuídas. Já o espaço é concebido como um campo aberto, fluido e indeterminado, que está sujeito às práticas individuais e coletivas dos sujeitos que o habitam. Portanto, o lugar é mais estático e instituído, enquanto o espaço é dinâmico e permeado por práticas individuais e coletivas de apropriação. "No espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam, as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, trilhas em parte ilegíveis" (Certeau, 2014, p. 44). Nesse sentido, as práticas cotidianas podem ser um espaço de resistência e transformação. Ele argumenta que, mesmo em um ambiente tecnocraticamente construído e planejado, as pessoas são capazes de criar trajetórias e comportamentos imprevisíveis.

Isso significa que, apesar das restrições e estruturas impostas pelo ambiente construído, as pessoas têm a capacidade de agir de maneiras não esperadas, desviando-se dos padrões preestabelecidos e criando suas próprias narrativas e práticas cotidianas. Nesse espaço, elas têm a oportunidade de criar trajetórias imprevisíveis que desafiam as estruturas estabelecidas, abrindo caminho para a resistência e a transformação social.

Certeau (2014) fornece uma base sólida para uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e controle que permeiam a vida cotidiana. Em um mundo cada vez mais dominado por sistemas tecnocráticos e burocráticos, a ideia de que indivíduos comuns podem criar "trajetórias imprevisíveis" é profundamente subversiva.

O sujeito ordinário pode subverter o poder dominante do discurso hegemônico da sustentabilidade, que está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento e ao capitalismo, de diversas maneiras, usando estratégias e táticas que envolvem práticas cotidianas e

criatividade individual. A seguir, explora-se algumas formas concretas pelas quais isso pode acontecer.

Uma das maneiras principais é a reapropriação do espaço urbano e rural. Certeau (2014) sugere que os indivíduos podem transformar os espaços que lhes são impostos. Um exemplo disso é a transformação de terrenos baldios em hortas comunitárias ou jardins urbanos. No âmbito do espaço rural, a revitalização de áreas improdutivas e desmatadas por meio do reflorestamento também exemplifica essa prática. Um caso notável é a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem se dedicado à ocupação de terras improdutivas, para promoção da reforma agrária, diversificação de alimentos e produção sustentável.

Essas ações podem contribuir com a sustentabilidade, mas também desafiam a lógica capitalista que vê o espaço apenas como um recurso econômico a ser explorado para obtenção de lucro. Segundo Certeau (2014), a prática cotidiana dos indivíduos representa uma forma de resistência criativa contra as estruturas dominantes. Ele argumenta que, ao agir de acordo com suas próprias necessidades e desejos, os indivíduos não apenas encontram maneiras alternativas de viver, mas também contestam as normas estabelecidas pelo sistema.

Krenak (2020) critica o sistema capitalista por promover a monocultura e a exploração intensiva das terras, o que leva a uma degradação ambiental profunda e ao esgotamento dos recursos naturais. Em suas reflexões, Krenak (2020) destaca a importância de uma abordagem mais holística e respeitosa em relação à natureza, que desafie a lógica predatória do desenvolvimento convencional.

Essas práticas de reapropriação, ao se manifestarem no cotidiano, representam uma forma sutil, mas importante, de resistência contra a visão capitalista que reduz o espaço e as necessidades comunitárias a meros instrumentos para interesses corporativos. Ao cultivar alimentos localmente e reduzir a dependência de cadeias de suprimentos globalizadas, as pessoas reconfiguram o espaço social e econômico. Assim, como argumenta Certeau (2014), essas práticas cotidianas revelam uma maneira de viver que transcende e subverte o controle das grandes corporações e o padrão de desenvolvimento tradicional.

Para Certeau (2014), a vida cotidiana é uma constante negociação entre os indivíduos e as estruturas sociais que os cercam. Ele argumenta que as pessoas são capazes de se apropriar do espaço e subverter sorrateiramente o poder dominante em suas rotinas diárias, criando suas próprias táticas. As pessoas oprimidas também podem

agir de forma estratégica, mesmo em meio a condições adversas, ao exercerem planejamento, organização (tem tempo e agem a partir de um lugar). A partir de suas experiências, conhecimentos e recursos limitados, elas encontram maneiras de lidar com situações difíceis e desafiadoras.

Nessa perspectiva do cotidiano, as pessoas podem ter diferentes comportamentos frente aos desafios sociais que enfrentam. Algumas podem se sentir impotentes e desmotivadas diante das dificuldades, no entanto, tem a possibilidade de driblar estas dificuldades com o uso de táticas de sobrevivência, enquanto outras podem se engajar em ações estratégicas coletivas e lutas sociais; ou seja, cada pessoa vai criar sua maneira de fazer no cotidiano.

A complexidade de mover essas micropráticas do discurso para a ação está ligada à tensão entre o sujeito ordinário e o sistema dominante, que frequentemente favorece interesses econômicos imediatos. Assim, a análise das micropráticas oferece uma perspectiva sobre como a sustentabilidade pode ser implementada de maneira mais efetiva no cotidiano, apesar dos desafios impostos pelas estruturas de poder.

A bricolagem e a criatividade cotidiana são formas por meio das quais o sujeito ordinário pode subverter, mesmo que de forma velada, o discurso dominante (Certeau, 2014). A capacidade de improvisação e adaptação pode permitir criar soluções sustentáveis com os recursos disponíveis. No contexto das práticas de consumo, analisadas sob a perspectiva de Certeau (2014), pessoas comuns podem tomar decisões orientadas para a sustentabilidade em seu cotidiano, como por exemplo a construção de sistemas de captação de água da chuva ou a criação de composteiras domésticas. Essas práticas, embora pareçam pequenas, revelam a capacidade de subverter a lógica capitalista.

Se por um lado a construção de sistemas de captação de água da chuva é uma prática louvável, por outro, as políticas públicas falham em proteger as fontes hídricas e regulamentar o uso industrial da água. Existe um discurso conveniente para as grandes corporações e governos apontarem para as práticas individuais como solução, enquanto continuam explorando os recursos naturais sem restrições. No entanto, como Certeau (2014) enfatiza, as micropráticas não devem ser vistas apenas como respostas passivas às estruturas dominantes, mas sim como modos ativos de resistência que desafiam e reformulam as condições existentes.

Desta forma, é relevante salientar, que as práticas cotidianas conceituadas por Certeau (2014), não pretendem analisar os aspectos estruturais, o foco da análise desta

perspectiva está nos micromovimentos dos praticantes, os quais traçam as suas trajetórias de ação no cotidiano, sendo este último aspecto ainda não desenvolvido no campo de estudos sobre sustentabilidade.

Esses exemplos apresentados mostram algumas das práticas, do sujeito comum, mais socializadas na contemporaneidade diante dos desafios de sustentabilidade. No entanto, é necessário olhar além dessas práticas, para aquelas que estão aparentemente ocultas no cotidiano das diversas comunidades, e para aquelas vinculadas aos saberes tradicionais ou ancestrais, que procuram, de diversas formas, manter uma relação harmônica do ser humano com a natureza, envolvendo uma distribuição mais justa dos recursos.

Desta forma, a partir da observação e análise das micropráticas, é possível criar e viabilizar políticas públicas sustentáveis que partam da base do cotidiano, considerando a capacidade de inventabilidade e adaptação dos sujeitos comuns. Em contextos de pobreza e desigualdade, as pessoas podem desenvolver estratégias de sobrevivência, como a economia solidária, a cooperação mútua e a solidariedade comunitária. Ainda que existam programas para minimizar essa realidade, as pessoas buscarão formas de sobrevivência que lhes serão particulares. Um exemplo disso pode ser uma pessoa que teve oportunidade de visitar outras pessoas com necessidades básicas e levar ajuda alimentar. Durante essas visitas, surgem os questionamentos de outras, como "sabia que essa pessoa que vocês ajudam está acumulando muitos litros de óleo e não consome o que vocês doam?" ou "sabia que eles trocam esses alimentos por outras coisas?", nesse sentido é possível observar a “composição anárquica de atividades secretas e intersticiais da invenção diária” que se realizam no cotidiano (Courpasson, 2017, p. 846).

A sustentabilidade também implica garantir o acesso equitativo a recursos e oportunidades, permitindo que todos os indivíduos possam participar ativamente da vida social. As práticas cotidianas são, muitas vezes, invisíveis, porque estão enraizadas na experiência individual e nas interações cotidianas (Certeau, 2014). Portanto, reconhecer e valorizar essas práticas pode garantir que todas as pessoas contribuam para a construção de uma sociedade mais justa.

É fundamental entender que as práticas cotidianas podem ter o potencial de desafiar, de formas inusitadas e aparentemente invisíveis, o sistema hegemônico atual. Em um nível individual, as escolhas diárias relacionadas ao consumo, energia, transporte e alimentação podem ser exemplos de micropráticas que o sujeito ordinário

pratica no seu cotidiano. Por exemplo, a decisão de reduzir o consumo de carne, utilizar transporte público, optar por produtos locais e orgânicos, ou mesmo praticar o desperdício zero, são formas de contribuir para a sustentabilidade que podem ser construídas no cotidiano de maneiras sutis e significativas.

Netto e Carvalho (2012, p. 26) afirmam que "a vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social". Sendo assim, a vida cotidiana é composta pelas atividades realizadas pelos indivíduos em seu dia a dia, tais como trabalhar, comer, se relacionar com outros indivíduos, entre outras. Essas atividades, por sua vez, são fundamentais para a sobrevivência dos indivíduos e, consequentemente, para a reprodução da sociedade como um todo. Ou seja, a vida cotidiana é responsável por manter e garantir as condições básicas de existência dos indivíduos e da sociedade em que vivem.

As micropráticas, segundo Certeau (2014), são a expressão da resistência das pessoas comuns diante do estabelecido. Elas permitem que os indivíduos sejam produtores anônimos ativos na construção de novos significados e modos de operar dentro da sociedade, mesmo em um contexto em que existem relações assimétricas de poder.

Portanto, a resistência está intrinsecamente ligada às micropráticas, uma vez que são essas ações individuais e cotidianas que permitem aos indivíduos exercerem sua produção velada na maneira de empregar os produtos impostos. E essas micropráticas são uma forma de resistência sutil, flexível e adaptativa, que possibilitam aos indivíduos construir seu próprio sentido de autonomia, gerando microliberdades dentro das estruturas de poder.

A partir da perspectiva de Certeau (2014), é possível observar que as dificuldades de acesso aos direitos e a necessidade de conquistar espaços de microliberdade estão intrinsecamente relacionadas. Certeau (2014) argumenta que as estruturas sociais dominantes impõem normas e regras que limitam a liberdade e autonomia dos indivíduos. Nesse contexto, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade enfrentam maiores obstáculos para exercer seus direitos básicos, como saúde, educação e moradia.

A luta por espaços de microliberdade, por sua vez, representa uma busca por alternativas criativas e resistentes para driblar as barreiras impostas pelas estruturas opressoras. No entanto, é importante reconhecer que a conquista desses espaços é um

desafio árduo, pois as desigualdades estruturais e as relações de poder não apenas persistem, mas se intensificam, dificultando o pleno exercício dos direitos.

O sistema capitalista, com sua lógica implacável de exploração e lucro, subordina tudo e todos aos interesses do mercado. Este sistema não demonstra um interesse genuíno em sustentabilidade ou justiça social; ao contrário, ele se sustenta através da desigualdade e da destruição ambiental. Para algumas organizações ou intelectuais que adotam as ideias de sustentabilidade, o objetivo principal é ajustá-las para se alinharem aos contextos e discursos que favoreçam seus interesses pragmáticos (Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012).

No entanto, uma outra perspectiva importante a ser considerada é a Educação Ambiental, embora haja uma diversidade de embates entre os discursos e valores relacionados à pauta ambiental (Sachs, 1995), neste ensaio ressaltamos que as micropráticas assumem um papel fundamental, pois revelam como as pessoas, no cotidiano, podem transformar sua relação com o meio ambiente de forma criativa, autônoma e até emancipatória, por meio da educação. Pequenas ações podem tensionar e desafiar modelos insustentáveis. Quando integrada ao ensino, a abordagem das micropráticas pode incentivar um aprendizado experiencial e crítico, promovendo a reflexão sobre como hábitos individuais e coletivos influenciam os ecossistemas e as relações sociais.

A abordagem de Vieira (2020) sobre a EA como instrumento de transformação social e ecológica é fundamental, porém, surgem desafios a respeito de sua implementação no contexto das políticas públicas. Embora seja evidente que ela deve ir além da mera transmissão de informações e promover mudanças efetivas nas percepções e práticas sociais, observa-se que muitas iniciativas são pontuais, fragmentadas e, muitas vezes, dependem da vontade política de gestores e do financiamento público, que pode ser instável.

Essa perspectiva é fundamental para a compreensão da sustentabilidade nas práticas cotidianas, pois evidencia como sujeitos comuns podem incorporar, modificar e até reinventar hábitos e padrões de maneira crítica e alternativa. Dessa forma, a sustentabilidade deixa de ser vista apenas como um conjunto de políticas ou estratégias institucionais e passa a ser analisada a partir das microrresistências e das ações espontâneas presentes no cotidiano.

As políticas de Educação Ambiental seriam significativamente mais eficazes se considerassem as experiências cotidianas dos sujeitos, reconhecendo que esses espaços

vão além da simples reprodução de realidades preexistentes. Em vez disso, são ambientes de criação e transformação, nos quais práticas inovadoras e novas perspectivas podem emergir. Quando essas dinâmicas são problematizadas no contexto da educação ambiental, abre-se a possibilidade de construção e "potencialização de processos formativos com os sujeitos envolvidos", gerando contextos de aprendizagem mais enriquecedores (Vieiras; Tristão, 2016, p. 159).

Assim, essas práticas são importantes para a promoção da sustentabilidade quando o ser humano ordinário tem espaço para exercer sua criatividade e autonomia. Mesmo que existam dinâmicas macroestruturais e um sistema que, continua a explorar recursos de forma indiscriminada e desigual perpetuando desigualdades e injustiças sociais é importante também ressaltar o valor das práticas cotidianas e da inventividade existente na vida comum do ser humano, pois como afirma Mansano (2018, p. 1):

> À medida que os valores disseminados pelo sistema socioeconômico capitalista voltados para o individualismo, a competitividade e o acúmulo se afirmaram no cenário mundial, em especial no decorrer do século XX, não podemos simplesmente nos conformar e reproduzir um de seus maiores efeitos subjetivos: o descrédito na potência relacional e inventiva do humano. Sem dúvida, esse descrédito na vida comum é o maior inimigo a ser combatido quando falamos de sustentabilidade.

Portanto, a interconexão entre a sustentabilidade e o cotidiano é de suma importância, pois um influencia diretamente o outro, afetando significativamente a vida das pessoas. Nesse contexto, a promoção da sustentabilidade requer o reconhecimento e a valorização das práticas cotidianas dos indivíduos, respeitando suas formas únicas de agir e identificar-se.

Destarte, propõe-se um novo conceito: a Sustentabilidade Integral. Essa nova abordagem pode ser entendida como um estilo de vida e uma forma de estar no mundo do ser humano comum, que considera as práticas cotidianas para preservar a vitalidade e integridade do planeta, ao mesmo tempo em que procura condições de vida digna para todas as pessoas através das maneiras criativas de fazer. Ela incentiva a questionar e repensar os padrões de vida, descobrindo formas de viver para a construção de uma sociedade justa e equitativa, levando em conta as necessidades das presentes e futuras gerações.

Enquanto muitas definições anteriores de sustentabilidade se concentram no tripé: ambiental, econômico e social (Dourado; Marques, 2023; Lima; *et al*, 2024; Marcos; *et al*, 2020), a Sustentabilidade Integral valoriza, além disso, a criatividade do

sujeito ordinário no cotidiano, visibilizando suas práticas e bricolagens nos modos de existir e resistir, na busca por um mundo melhor.

A Sustentabilidade Integral

A sustentabilidade tem sido um tema central em muitas discussões nos últimos anos sobre o futuro do planeta e o bem-estar das sociedades (Abramovay, 2012; Boff, 2016; Dourado; Marques, 2023; Feil; Schreiber; 2017; Franco, 2016; Krenak, 2020; Leocádio *et al*, 2022; Lima *et al*, 2024; Marcos *et al*, 2020; Mikhailova, 2004; Sen, 2000; Sousa; Abdala, 2020; Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012; Zylbersztajn; Lins, 2010). Tradicionalmente, aborda-se a sustentabilidade de maneira segmentada, com ênfase na preservação ambiental, na justiça social e econômica (Dourado; Marques, 2023; Lima, *et al*, 2024; Marcos, *et al*, 2020). No entanto, propõe-se aqui um novo conceito: a Sustentabilidade Integral. Esta abordagem incorpora uma visão holística e inclusiva, considerando não apenas os aspectos ecológicos e econômicos, mas também as práticas cotidianas e a criatividade do ser humano ordinário.

Para aprofundar o entendimento da Sustentabilidade Integral, recorre-se aos conceitos de Certeau (2014). Ele enfatiza a importância das práticas diárias dos indivíduos, argumentando que as micropráticas – as pequenas, frequentemente invisíveis, ações diárias – podem ser formas de resistência e adaptação dentro das estruturas de poder estabelecidas. Essas práticas permitem que os indivíduos criem significados e modos de operar dentro da sociedade.

Ao relacionar essas ideias com a sustentabilidade, percebe-se que a Sustentabilidade Integral valoriza as maneiras criativas com que as pessoas comuns lidam com os desafios diários e como essas ações podem contribuir para a sustentabilidade. Ela não impõe modelos pré-definidos de comportamento, mas respeita e valoriza as maneiras diversas de fazer das pessoas, permitindo que elas se apropriem dos lugares em que vivem e que criem soluções inovadoras e relevantes, respeitando tanto as pessoas quanto os limites da natureza.

A Sustentabilidade Integral é então compreendida como um modo de vida e uma postura diante do mundo que reconhece a relevância das práticas cotidianas na preservação da vitalidade e integridade do planeta, ao mesmo tempo em que busca garantir condições de vida digna para todos. Este conceito estimula a reflexão e o questionamento dos padrões de vida estabelecidos, promovendo abordagens criativas para a existência e resistência em um mundo que urge justiça e equidade.

Além disso, ela pode ser vista também como uma maneira de desafiar e reconfigurar estruturas dominantes. As práticas cotidianas sustentáveis podem, muitas vezes, serem táticas de resistir a modelos de desenvolvimento que não consideram a capacidade de criatividade do sujeito ordinário para se adaptar e criar soluções sustentáveis que não seguem apenas as normas tradicionais, mas são adaptadas à realidade local e individual.

No entanto, é importante reconhecer que existem problemas estruturais que precisam ser enfrentados para que todos possam adotar práticas sustentáveis. Questões como pobreza, discriminação e exclusão social funcionam como obstáculos e limitação para a implementação efetiva da sustentabilidade em diversos segmentos da sociedade.

Dessa forma, é crucial considerar a capacidade das pessoas que, mesmo diante dos desafios da vida, são capazes de criar e inventar maneiras de promover a sustentabilidade em seu cotidiano. Essa capacidade inovadora e adaptativa das pessoas comuns é evidenciada pela forma como lidam com as restrições e adversidades no cotidiano, encontrando soluções criativas para questões práticas que lhe permitam garantir sua sobrevivência.

Certeau (2014) destaca o papel das práticas individuais na criação de novos sentidos e significados. Na Sustentabilidade Integral, isso se traduz na capacidade dos indivíduos e das comunidades de assumir a responsabilidade por suas práticas e influenciar mudanças em suas esferas de influência, seja no consumo, na produção ou na gestão de recursos.

Por meio de práticas simples, porém significativas, como a redução do consumo desenfreado, o uso consciente dos recursos naturais no cotidiano e o compartilhamento do conhecimento empírico dos ancestrais sobre modos de viver e estar no mundo, a pessoa comum pode demonstrar uma poderosa resistência e comprometimento com a construção de um mundo mais equilibrado e harmonioso. Esses são exemplos concretos de como a Sustentabilidade Integral pode ser manifestada na prática.

No entanto, é importante ressaltar que tais exemplos não são exclusivos, pois é fundamental reconhecer e valorizar a capacidade de criatividade no cotidiano para promover uma abordagem verdadeiramente inclusiva e eficaz da sustentabilidade, que leve em conta a diversidade de contextos e experiências das comunidades ao redor do mundo.

Esta abordagem reconhece que a sustentabilidade não é apenas uma questão de limitar danos ou reduzir impactos, mas também de promover soluções positivas e

proativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a regeneração dos ecossistemas. Ao valorizar a capacidade humana de criatividade no cotidiano, a Sustentabilidade Integral abre espaço para novas formas de pensar e agir em relação ao ambiente e à sociedade.

Sendo assim, a Sustentabilidade Integral convida a repensar os padrões de vida e a buscar maneiras criativas de existir e resistir em um mundo que demanda justiça e equidade. Ao valorizar a capacidade inovadora do ser humano e reconhecer a importância das práticas cotidianas, o conceito de sustentabilidade se torna abrangente e inclusivo.

CONCLUSÃO

Neste ensaio, realizou-se uma exploração teórica do conceito de sustentabilidade, abordando-o sob diversas óticas. Evidenciou-se que, ao tratar da sustentabilidade, não se pode negligenciar as raízes profundas das desigualdades que permeiam nossa sociedade. Essas desigualdades são resultado de sistemas econômicos injustos, discriminação estrutural e exclusão social.

No cotidiano deste cenário, muitas pessoas que enfrentam situações de falta de acesso a direitos e à justiça social são obrigadas a recorrer a estratégias e táticas criativas para driblar essas adversidades e buscar formas de melhorar sua qualidade de vida. Essas ações podem ser consideradas práticas de resistência, a partir das quais indivíduos e comunidades encontram maneiras de agir de forma inventiva diante das limitações impostas pelo sistema social e econômico.

Com base nas ideias de Certeau (2014), que define o cotidiano como a dimensão da vida social na qual ocorrem práticas aparentemente comuns e rotineiras, revelando a capacidade do sujeito comum de lidar, mesmo que de forma sorrateira, com as condições sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade, pode-se inferir que, para promover a sustentabilidade no contexto social, é necessário: apreciar e estudar as atividades diárias das pessoas, em vez de impor modelos pré-estabelecidos de comportamento (incluindo o respeito e a valorização das abordagens individuais, permitindo que elas tenham controle sobre os espaços em que vivem); e incentivar a capacidade criativa de ação sustentável.

Dessa forma, a sustentabilidade exige o reconhecimento e o valor das práticas cotidianas das pessoas, respeitando suas formas distintas de agir e se identificar. Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como um elemento central, tendo o potencial de

ampliar significativamente a compreensão da sustentabilidade ao valorizar as micropráticas do dia a dia como espaços legítimos de transformação. Ao evidenciar que sujeitos comuns podem, por meio da educação, reinventar hábitos e tensionar modelos insustentáveis, fortalece-se a ideia de que a sustentabilidade não se restringe a políticas institucionais, mas se concretiza nas vivências, nos gestos e nas escolhas diárias. Assim, ao reconhecer o potencial formativo e transformador dessas práticas, destaca-se a importância de políticas públicas de Educação Ambiental que estejam enraizadas nas experiências reais dos sujeitos, promovendo processos educativos mais críticos, inclusivos e emancipatórios.

Desta forma, tendo em consideração toda esta reflexão teórica foi possível propor o conceito de Sustentabilidade Integral. Essa abordagem deve ser compreendida como um modo de vida e uma postura diante do mundo adotados pelo indivíduo comum. Ela visa preservar a vitalidade e integridade do planeta, ao mesmo tempo em que busca garantir condições de vida digna para todos, através das práticas cotidianas. Essa perspectiva inclusiva e abrangente demonstra a importância de se reconhecer e valorizar as ações individuais em prol da sustentabilidade, reforçando a necessidade de promover uma mudança de paradigma em direção a um futuro mais equitativo e harmonioso para todas as pessoas.

Destarte, é imprescindível um esforço conjunto, envolvendo todos os setores da sociedade, para transformar as estruturas e sistemas que perpetuam as desigualdades e promover uma sustentabilidade verdadeiramente inclusiva e justa, que vá além do discurso e se concretize por meio de ações práticas.

A abordagem crítica nos desafia a explorar soluções mais profundas e a nos empenhar na promoção de mudanças estruturais que combinem justiça social e sustentabilidade de maneira abrangente. É claro que esse tópico é de natureza contínua, exigindo uma reflexão profunda sobre o atual paradigma econômico e as amplas implicações que ele acarreta.

Este ensaio contribui significativamente para a literatura sobre sustentabilidade ao destacar a importância de entendê-la não apenas como uma questão ambiental, mas também como uma questão profundamente enraizada nas práticas cotidianas e nas estruturas socioeconômicas que moldam a vida das pessoas. Sua principal contribuição reside na abordagem ampla do conceito de Sustentabilidade Integral, que destaca a relevância das micropráticas de resistência como formas valiosas de ação sustentável no cotidiano, no nível individual e comunitário. Além disso, enfatiza a urgência de

preservar a vitalidade e integridade do planeta, ao mesmo tempo que propõe o enfrentamento das desigualdades sociais, e a promoção de práticas sustentáveis que sejam genuinamente inclusivas e justas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a investigação de situações nas quais as micropráticas de resistência e outras formas de ação sustentável possam ser observadas no cotidiano. Seria também relevante explorar como as políticas públicas e as iniciativas do setor privado podem ser moldadas ou adaptadas para apoiar e promover práticas sustentáveis no nível da comunidade. Essas agendas de pesquisa podem ajudar a superar as limitações identificadas e aprofundar o entendimento sobre como realizar uma transformação sustentável e justa na sociedade.

REFERÊNCIAS

(ONU), Organização das Nações Unidas. Declaração do Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 153-159, ago/1992. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?lang=pt. Acesso em: 10 set. 2023.

(ONU), Organização das Nações Unidas. **Nosso Futuro Comum:** Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício; SETTE, Ricardo de Souza. Contribuições do ensaio teórico para os estudos organizacionais. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 69-90, maio-ago./2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/41951. Acesso em: 07 abr. 2025.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** O que é - O que não é. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 1-222.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de Fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COURPASSON, David. The Politics of Everyday. **Organization Studies**, s.l., v. 38, n. 6, p. 843- 859, jun./2017. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840617709310. Acesso em: 10 set. 2023.

DOURADO, Ivan Penteado; MARQUES, Ademar de Oliveira. O tripé da sustentabilidade brasileira. **Revista GESTO-DEBATE**, Campo Grande, v. 24, n. 2, p. 27-63, dez./2023. Disponível em:

https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/18814/13235. Acesso em: 29 mar. 2025.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 667-681, set./2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/hvbYDBH5vQFD6zfjC9zHc5g/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 set. 2023.

FRANCO, L. **Marketing sustentável**. 1. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira, *et al*. Tripé da sustentabilidade e os desafios da gestão socioambiental em pequenas e médias empresas**. IOSR Journal of Business and Management**. [s.l.], v. 26, n. 4, p. 20-24, jan./2024.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Organizações e sustentabilidade: por uma sustentabilidade afetiva no cotidiano. **Organizações e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–3, 2018. DOI: 10.5433/2318-9223.2018v6n2p1. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/33948. Acesso em: 28 ago. 2024.

MARCOS, Jean, *et al*. Sustentabilidade como vantagem competitiva: casos de sucesso. **Revista da Universidade Ibirapuera**, São Paulo, n. 2020, p. 47-55, dez./2020.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 1, n. 16, p. 22-41, jul./2004. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/eed/issue/view/181. Acesso em: 10 set. 2023.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2023-24**: Quebrando o impasse: Reimaginando a cooperação em um mundo polarizado. Nova York, 2024. Disponível em: https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24. Acesso em: 07 set. 2024.

SACHS, Jeffrey D. **The Age of Sustainable Development.** Columbia University Press, 2015.

SACHS, Wolfgang. Introduction. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Global Ecology**: a new arena of political conflict. London & New Jersey: Zed Books; Halifax: Fernwood, 1995

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, André Chagas de; ABDALA, Klaus de Oliveira. Sustentabilidade, do Conceito à Análise. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 146-166, ago./2020.

VIEIRA, Laurentino Bernardes. A educação ambiental, a sociedade de consumo e a necessidade da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 95-109, 2020.

VIEIRAS, Rosinei Ronconi; TRISTÃO, Martha. A educação ambiental no cotidiano escolar: problematizando os espaçostempos de formação como processos de criação. **Revista do Centro de Educação**, v. 41, n. 1, p. 159-170, fev./2016.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set./2012. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/5480/4202. Acesso em: 10 set. 2023.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. From inequality to sustainability. **Earth4 All**. Deep-Dive Paper 01, abril de 2022. Disponível em: https://www.clubofrome.org/wp-content/uploads/2022/05/Earth4All_Deep_Dive_Wilkinson_Pickett.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor:** a transição para o século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.